



**SÃO
GONÇALO**
PREFEITURA

TRABALHO
EM PRIMEIRO
LUGAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

FOLHA DE INFORMAÇÃO

DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECURSO ADMINISTRATIVO

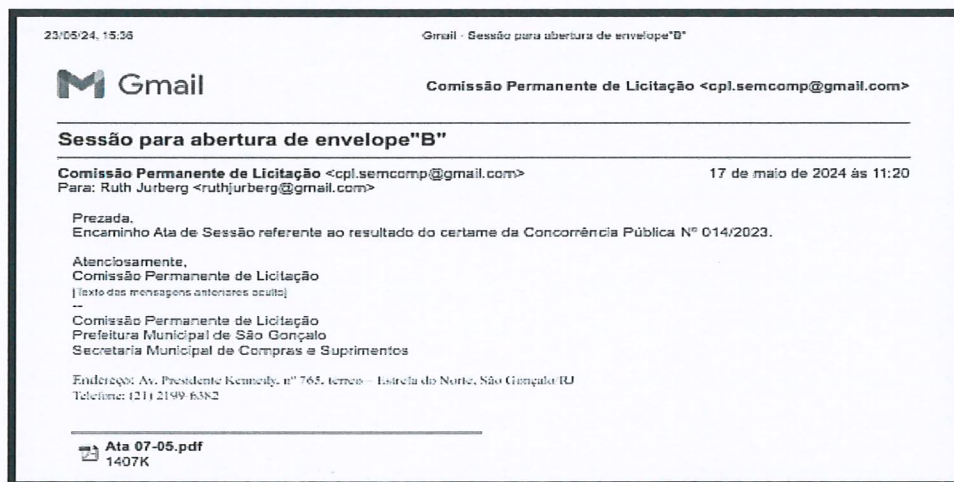
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2023/PMSG

Proc. nº: 14.824/2023

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 005/2024, publicada no D.O.E./S.G. em 07/03/2024 e, com base no que dispõe o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam, suas considerações e decisões acerca do Recurso interposto pela empresa **RJ PLANEJAMENTO INTEGRADO LTDA., CNPJ nº 055.988.94/0001-87** em relação a Concorrência Pública nº 014/2023/PMSG que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração visando a **execução do trabalho social nos empreendimentos Condomínio Residencial Campo Belo I e II, São Gonçalo- Rio de Janeiro**

DA TEMPESTIVIDADE

A decisão combatida foi proferida na sessão ocorrida no dia 07 de maio de 2024, tendo sido a Recorrente intimada do ato através de encaminhamento de correspondência eletrônica no dia 17/05/2024, conforme comprovado pelo documento abaixo reproduzido.

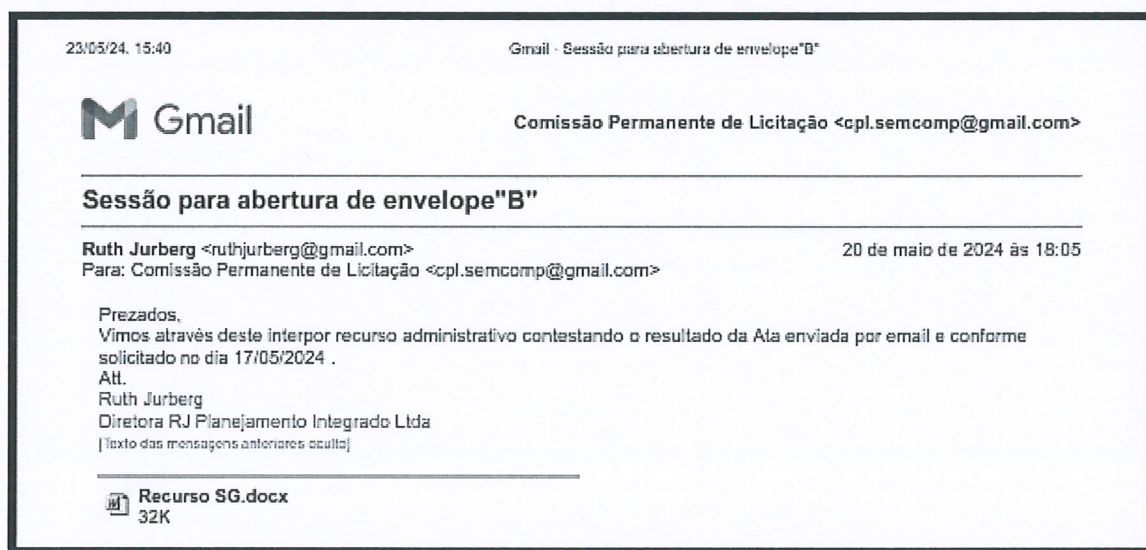


[Handwritten signature]



Nos termos do artigo 109, I, b da Lei 8.666/1993, abre-se a possibilidade de recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitação no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, o que no presente caso teve início em 20 de maio de 2024 e encerramento em 24 de maio de 2024.

Conforme correspondência eletrônica encaminhada, observa-se que a empresa recorrente apresentou suas razões no dia 20/05/2024, razão pela qual resta evidenciada a tempestividade do referido recurso.



DAS RAZÕES DOS RECURSOS

Em breve síntese, a Recorrente alegou em suas razões que cumpriu com os ditames editalícios, uma vez que a sua proposta foi elaborada de acordo com todas as exigências estabelecidas, estando em conformidade com o item 2 e 7.11 do Edital que privilegia a melhor técnica e o melhor preço.

Desta forma, requereu a análise do pleito e a reconsideração da decisão e abertura de possibilidade para que seja enviado proposta contendo os preços unitários.

Este é o breve relatório, passamos à análise do caso.

DA DECISÃO

Conforme devidamente exposto na ata impugnada pela Recorrente a Comissão Permanente de Licitação balizou sua manifestação nas cláusulas constantes no Edital, tendo naquela oportunidade apontado que:

“ ... Apesar da Licitante RJ Planejamento Integrado Ltda. ter proposto o menor preço, a mesma descumpriu os itens 8.2, 8.3 alínea “a” e 8.4 do Edital, na medida em que não apresentou em sua proposta o

[Handwritten signature]



valor do preço unitário, o que impossibilita a verificação de eventual ocorrência de desvios ou incompatibilidades em relação ao mercado e legislação, bem como, impossibilita a análise das quantidades de serviços, se são ou não compatíveis ou não com a planilha orçamentária inicial utilizada como base para a presente licitação”.

Como é de notório conhecimento, as contratações no âmbito da Administração Pública, assim como todo e qualquer ato administrativo, devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconiza o texto constitucional, além dos princípios trazidos pela legislação infraconstitucional específica sobre a matéria, quais sejam, a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, probidade administrativa, **vinculação ao instrumento convocatório**, julgamento objetivo e os que lhes são correlatos, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

A vinculação ao instrumento convocatório é um dos princípios explícitos trazidos tanto na Lei nº 8.666/93 quanto no Decreto nº 10.024/19 e, conforme a brilhante lição do Ilustre Jurisconsulto José dos Santos Carvalho Filho¹:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque a violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos.

Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.”

¹ Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. – 32ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018, págs. 253/254.



Resta incontroverso que a desclassificação do Recorrente observou as cláusulas editalícias, por ser o edital a lei que rege o certame.

Ademais o ato impugnado observou o que determina o art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93 o qual **veda expressamente a “inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”**.

No caso em questão, pode se observar que o que pretende o Recorrente é incluir nova informação que deveria constar originalmente quando da apresentação da proposta, intuito este vedado tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência pátria.

Sopese-se ainda que o próprio recorrente confessou que não juntou o documento nos moldes determinados no edital ao afirmar que: “... **Embora nossa proposta tenha apresentado apenas o preço global e não o unitário**, isso não constitui motivo de perda de posição classificatória... (fl.02)

Ante o exposto, opinamos pelo conhecimento do recurso e no mérito, pelo seu desprovimento ante as razões acima invocadas.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação instituída pela Portaria nº 005/2024 de 07 de março de 2024, nos termos do item 10 do edital e nos termos do artigo 109, I, a da Lei 8.666/1993, decidem por CONHECER o recurso apresentado, e no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da empresa Recorrente.


THAIS T.G. FONSECA

Presidente
Matr.nº 117.344


ISABELA P. L. LALANNE

Membro
Matr.nº 23.236